

Sociedade da Informação

PRINCIPAIS RESULTADOS |

IUTIC NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL, REGIONAL E CÂMARAS MUNICIPAIS 2015

| Junho de 2016

A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) apresenta os dados estatísticos atualizados com os principais resultados do Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na Administração Pública Central, Regional e Local realizado em 2015.

COMO PRINCIPAIS RESULTADOS NO SEGMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL, DESTACAM-SE:

O módulo referente aos serviços de computação em nuvem (*Cloud Computing*), permitiu aferir que em 2015, 15% dos organismos da administração pública central adquiriram serviços de computação em nuvem, com um aumento de cerca de 4 pontos percentuais face ao [ano anterior](#).

Relativamente à aplicação destes serviços, 57% dos organismos da administração central referiu a utilização do correio eletrónico, 43% o armazenamento de ficheiros neste serviço online, 30% o arquivo de banco de dados do organismo, 27% o software de aplicações de contabilidade ou finanças, e 19% o software de escritório. A utilização de outros serviços através da nuvem foi referida por 24% dos organismos (Quadro 1).

Quadro 1

Tipo de serviços de computação em nuvem (*Cloud Computing*) adquiridos nos Organismos da Administração Pública Central (%)

	2015
Correio eletrónico	57
Armazenamento de ficheiros	43
Arquivo de banco de dados do Organismo	30
Software de aplicação de contabilidade ou finanças	27
Outro serviços	24
Software de escritório	19

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central

A possibilidade de redução de custos em TIC foi o benefício mais referido (14%) de entre o conjunto de benefícios gerados pela aquisição de serviços de computação em nuvem classificados com um grau de importância elevado pelos organismos da administração pública central (Quadro 2).

Quadro 2

Tipo de benefícios gerados pela aquisição de serviços de computação em nuvem (*Cloud Computing*) classificados com o grau de importância elevado pelos organismos da Administração Pública Central (%)

	2015
Redução dos custos relacionados com as TIC	14
Implementação fácil e rápida das soluções baseadas em computação em nuvem	8
Flexibilidade resultante dos serviços de computação em nuvem possibilitarem adaptar a capacidade dos servidores às necessidades	5

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central

No que respeita aos organismos da administração pública central que em 2015 não adquiriram qualquer tipo de serviços de computação em nuvem, verificou-se que os principais fatores que conduziram a este constrangimento foram a incerteza sobre a legislação aplicável e sua

jurisdição (54%), o risco de violação de segurança (52%) e a incerteza sobre a localização dos dados (44%) (Quadro 3).

Quadro 3

Tipo de fatores que impedem a utilização dos serviços pagos de computação em nuvem (Cloud Computing) nos Organismos da Administração Pública Central (%)

	2015
Incerteza sobre a legislação aplicável e jurisdição	54
Risco de violação de segurança	52
Incerteza sobre a localização dos dados	44
Custos elevados de aquisição	36
Conhecimento insuficiente	27
Outros fatores	22

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central

Em 2015 foi incluída pela primeira vez uma questão sobre o tipo de protocolo de rede, o que permitiu aferir que a maioria dos organismos da administração pública central utilizava protocolos de rede IPV4 para equipamentos (96%) e para aplicações (89%). Este indicador evidencia que a adoção de endereçamentos (IPV6) não está ainda generalizada junto dos organismos da administração pública central (Quadro 4).

Quadro 4

Tipo protocolo de rede disponibilizado, nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2015
IPV4 Equipamentos	96
IPV4 Aplicações	89
IPV6 Equipamentos	22
IPV6 Aplicações	12

Nota: IPV4 e IPV6 representa a tecnologia que permite que os aparelhos se conectem na Internet.

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Relativamente à velocidade de acesso à internet, verificou-se que 98% dos organismos da administração pública central dispunham de ligações à Internet com larguras de banda superiores ou igual a 2 Mb/s, sendo de realçar que

38% possuía velocidade superior ou igual a 100 Mb/s (Quadro 5).

Quadro 5

Velocidade de acesso à Internet disponível nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2015
<2 Mb/s	1
≥2 Mb/s	98
≥2 Mb/s e <10 Mb/s	13
≥10 Mb/s e <30 Mb/s	15
≥30 Mb/s e <100 Mb/s	32
≥100 Mb/s	38
Não responderam/Não sabem	1

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Em 2015, a maioria (95%) dos organismos da administração pública central dispunha de sítio próprio na internet e, aproximadamente metade (53%) estavam presentes nas redes sociais (Quadro 6).

Quadro 6

Tipo de sítio na internet disponível nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2015
Sítio próprio	95
Página / perfil próprio em redes sociais (Twitter, Facebook, etc)	53

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Do conjunto de organismos da administração pública central que indicaram ter presença na internet através de um sítio próprio, 66% referiram que esta presença assegurava a conformidade com as normas para cidadãos com necessidades especiais (W3C), sendo que o aumento se verificou principalmente na conformidade com o nível A, com um aumento de cerca 6 pontos percentuais face ao [ano anterior](#) (Quadro 7).

Quadro 7

Nível de conformidade com as diretrizes de acessibilidade do W3C* nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2015
Sítio com acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais	66
Conformidade com o nível A	31
Conformidade com o nível AA	23
Conformidade com o nível AAA	13
Sítio não acessível	33
Sem sítio na Internet	1

Nota(s):

* W3C - World Wide Web Consortium.

As diretrizes visam tornar o conteúdo Web acessível a pessoas com deficiências e destinam-se a todos os criadores de conteúdo Web e aos programadores de ferramentas para criação de conteúdos. Existem três níveis de conformidade Nível "A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 são satisfeitos; Nível "Duplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 e 2 são satisfeitos; Nível "Triplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 2 e 3 são satisfeitos

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Em 2015, as redes de Intranet e de wireless LAN foram utilizadas por 82% e 80%, respetivamente, dos organismos da administração pública central. Destaca-se ainda a utilização de videoconferência por metade (50%) destes organismos, com um aumento de cerca de 5 pontos percentuais face ao [ano anterior](#) (Quadro 8).

Quadro 8

Tipos de equipamento informático utilizados nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2015
Intranet	82
Wireless LAN	80
Videoconferência	50

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Relativamente à segurança informática, verificou-se que 15% dos organismos da administração pública central detetaram, em 2014, problemas de segurança informática. Destes, 49% indicaram que os problemas de segurança resultaram na destruição ou corrupção de dados (Quadro 9).

Quadro 9

Tipo de problemas de segurança informática detetados, em 2014, pelos organismos da Administração Pública Central (%)

	2014
Organismos da Administração Pública Central que detetaram problemas de segurança informática	15
Destruição ou corrupção de dados	49
Indisponibilidade de serviços TIC	20
Divulgação de dados confidenciais	6
Outro tipo de problemas	31

Nota: O período de referência do módulo de segurança informática é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Em 2014, 63% organismos da administração pública central utilizaram o comércio eletrónico para efetuar encomendas. Com um aumento de cerca de 10 pontos percentuais face ao [ano anterior](#). As plataformas mais utilizadas pelos organismos da administração pública central para realização de encomendas de bens e/ou serviços através de comércio eletrónico foram a central de compras do estado (84%) e os catálogos de fornecedores (52%) (Quadro 10).

Quadro 10

Plataformas utilizadas para realização de encomendas de bens e/ou serviços no comércio eletrónico, em 2014, pelos organismos da Administração Pública Central (%)

	2014
Central de Compras do Estado	84
Catálogos dos fornecedores	52
Correio eletrónico	20
Outras	16
e-Marketplaces	11
Leilões	3

Nota: O período de referência do módulo sobre comércio eletrónico é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

No que respeita aos recursos humanos especializados em TIC, 30% dos organismos da administração pública central indicaram ter recrutado ou tentado recrutar pessoal TIC, em 2014. Destes, 76% considerou ter tido dificuldades no preenchimento destes postos de trabalho (Quadro 11).

Quadro 11

Recrutamento de pessoal especialista em TIC, em 2014, nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2014
Organismos que recrutaram ou tentaram recrutar pessoal especialista em TIC	30
Organismos que tiveram dificuldades no preenchimento de postos de trabalho de pessoal especialista em TIC	76

Nota: O período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

As principais funções TIC desempenhadas por recursos humanos internos foram o apoio a aplicações web (42%), o apoio a software/sistemas de gestão (41%) e a segurança e proteção de dados (38%) (Quadro 12).

Quadro 12

Tipo de funções TIC realizadas apenas por recursos internos, em 2014, nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2014
Apoio a aplicações web	42
Apoio a software/sistemas de gestão	41
Segurança e proteção de dados	38
Manutenção de infraestruturas TIC	33
Desenvolvimento de aplicações web	17
Desenvolvimento de software/sistemas de gestão	11

Nota: O período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

COMO PRINCIPAIS RESULTADOS DA UTILIZAÇÃO DAS TIC NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES E REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA EM 2015 DESTACAM-SE:

De acordo com os resultados do inquérito, 7% e 4% dos organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira adquiriram serviços de computação em nuvem, respetivamente (Quadro13).

Quadro 13

Aquisição de serviços de computação em nuvem (Cloud Computing) nos Organismos da Administração Pública Regional (%)

	2015	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Organismos da Administração Pública Central com compras de serviços de computação em nuvem (Cloud Computing) na internet	7	4

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional

Do conjunto de benefícios gerados pela aquisição de serviços de computação em nuvem classificados com um grau de importância elevado pelos organismos da Região Autónoma da Madeira, a possibilidade de redução de custos em TIC foi o benefício mais referido. Na Região Autónoma dos Açores, a possibilidade de redução de custos em TIC e a flexibilidade resultante da utilização dos serviços de cloud computing foram referidos em igual medida (25%) (Quadro 14).

Quadro 14

Tipo de benefícios gerados pela aquisição de serviços de computação em nuvem (Cloud Computing) classificados com o grau de importância elevado nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2015	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Redução dos custos relacionados com as TIC	25	50
Flexibilidade resultante dos serviços de computação em nuvem possibilitarem adaptar a capacidade dos servidores às necessidades	25	-

Nota: - Dado nulo

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional

Os principais fatores referidos como tendo conduzido à não utilização da nuvem mantiveram-se face ao ano anterior. Na Região Autónoma dos Açores foram a incerteza sobre a legislação e jurisdição (62%) e o risco de violação de segurança (54%), enquanto e na Região Autónoma da Madeira os fatores referidos com maior frequência foram os custos elevados de

aquisição (51%) e a incerteza sobre a legislação e jurisdição (39%) (Quadro 15).

Quadro 15

Tipo de fatores que impedem a utilização dos serviços pagos de computação em nuvem (Cloud Computing) nos Organismos da Administração Pública Regional (%)

	2015	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Custos elevados de aquisição	44	51
Incerteza sobre a legislação aplicável e jurisdição	62	39
Risco de violação de segurança	54	35
Conhecimento insuficiente	36	27
Incerteza sobre a localização dos dados	48	25
Outros fatores	6	20

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional

No que respeita ao tipo de protocolo de rede utilizado, e à semelhança da administração pública central, prevaleceu nas Regiões Autónomas a utilização do protocolo de rede IPV4, tanto para os equipamentos como para as aplicações (Quadro 16).

Quadro 16

Tipo protocolo de rede disponibilizado, nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2015	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
IPV4 Equipamentos	93	87
IPV4 Aplicações	87	68
IPV6 Equipamentos	28	13
IPV6 Aplicações	13	9

Nota: IPV4 e IPV6 representa a tecnologia que permite que os aparelhos se conectem na Internet.

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Relativamente à velocidade de acesso à internet foram indicadas ligações com velocidade superior ou igual a 2 Mb/s em 87% e 94% dos organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente. Por outro lado, em 11% e 30% dos organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, existiam ligações com velocidade superior ou igual a 100 Mb/s, o que reflete um aumento de cerca de

9 e 7 pontos percentuais face ao [ano anterior](#). (Quadro 17).

Quadro 17

Velocidade de acesso à Internet disponível nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2015	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
<2 Mb/s	13	4
≥2 Mb/s	87	94
≥2 Mb/s e <10 Mb/s	39	21
≥10 Mb/s e <30 Mb/s	19	21
≥30 Mb/s e <100 Mb/s	19	23
≥100 Mb/s	11	30
Não responderam/Não sabem	-	2

Nota: - Dado nulo

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Em 2015, 78% e 40% dos organismos da administração pública regional dos Açores e da Madeira, respetivamente, declararam que os seus sítios na Internet satisfaziam pelo menos o “nível A” das diretrizes de acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais – W3C*. (Quadro 18).

Quadro 18

Organismos da Administração Regional, por nível de conformidade com as diretrizes de acessibilidade do W3C* (%)

País	2015	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Sítio com acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais	78	40
Conformidade com o nível A	50	26
Conformidade com o nível AA	15	9
Conformidade com o nível AAA	13	4
Sítio não acessível	22	47
Sem sítio na Internet	-	13

Nota(s):

- Dado nulo

* W3C - World Wide Web Consortium.

As diretivas visam tornar o conteúdo Web acessível a pessoas com deficiências e destinam-se a todos os criadores de conteúdo Web e aos programadores de ferramentas para criação de conteúdos. Existem três níveis de conformidade Nível "A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 são satisfeitos; Nível "Duplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 e 2 são satisfeitos; Nível "Triplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 2 e 3 são satisfeitos

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Relativamente às redes utilizadas, 85% e 77% dos

organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, dispunham, de intranet, e 76% e 53%, respetivamente, de wireless LAN. Ao nível das tecnologias disponíveis destacava-se a utilização de videoconferência por mais de metade (63%) dos organismos da Região Autónoma dos Açores (Quadro 19).

Quadro 19

Tipos de equipamento informático utilizados nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2015	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Intranet	85	77
Wireless LAN	76	53
Videoconferência	63	21

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

No que respeita à segurança informática, foram detetados problemas em 2% e 13% organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente. (Quadro 20).

Quadro 20

Tipo de problemas de segurança informática detetados, em 2014, pelos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2014	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Organismos da Administração Pública Regional que detetaram problemas de segurança informática	2	13
Destruição ou corrupção de dados	100	71
Indisponibilidade de serviços TIC	-	14
Divulgação de dados confidenciais	-	14
Outro tipo de problemas	-	14

Nota(s): - Dado Nulo; O período de referência do módulo de segurança informática é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Os organismos da administração pública regional dos Açores que, indicaram dificuldades na implementação das TIC, identificaram a escassez de recursos financeiros e a falta de técnicos de informática como os principais constrangimentos. Na Região Autónoma da Madeira, os motivos indicados com maior frequência foram a escassez

de recursos financeiros e a falta de formação. (Quadro 21).

Quadro 21

Dificuldades referidas na implementação de TIC, nos Organismos da Administração Pública Regional (%)

	2015	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Escassez de recursos financeiros	100	94
Falta de formação	50	75
Resistência à mudança	25	69
Falta de técnicos de informática	63	63
Problemas de gestão	25	38

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Relativamente aos recursos humanos especializados em TIC verificou-se que, em 2014, 11% e 8% dos organismos da Região Autónoma dos Açores e da Madeira, indicaram ter recrutado ou tentado recrutar pessoal desta área. Destes, 17% e 75% consideraram ter tido dificuldades no preenchimento destes postos de trabalho (Quadro 22).

Quadro 22

Recrutamento de pessoal especialista em TIC, em 2014, nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2014	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Organismos que recrutaram ou tentaram recrutar pessoal especialista em TIC	11	8
Organismos que tiveram dificuldades no preenchimento de postos de trabalho de pessoal especialista em TIC	17	75

Nota: O período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Em 2014, as funções TIC mais desempenhadas por recursos humanos internos nos organismos da Administração Regional dos Açores foram o apoio a aplicações web e a segurança e proteção de dados (50% dos organismos em ambos os casos). Na Região Autónoma da Madeira, destacaram-se as funções de apoio a aplicações web e de apoio a software/sistemas de gestão, ambas desempenhadas, em 47% dos organismos, por

pessoal interno (Quadro 23).

Quadro 23

Tipo de funções TIC realizadas apenas por recursos internos, em 2014, nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2014	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Apoio a aplicações web	50	47
Apoio a software/sistemas de gestão	44	47
Segurança e proteção de dados	50	42
Manutenção de infraestruturas TIC	48	40
Desenvolvimento de software/sistemas de gestão	17	38
Desenvolvimento de aplicações web	22	26

Nota: O período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

COMO PRINCIPAIS RESULTADOS DA UTILIZAÇÃO DAS TIC PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS EM 2015 DESTACAM-SE:

Em 2015, 32% das Câmaras Municipais adquiriram serviços de computação em nuvem na internet, refletindo um aumento de cerca de 10 pontos percentuais face ao [ano anterior](#). Destas, 70% referiu ter adquirido serviços de correio eletrónico e 56% serviços de armazenamento de ficheiros através da nuvem (Quadro 24).

Quadro 24

Tipo de serviços de computação em nuvem (Cloud Computing) adquiridos nas Câmaras Municipais (%)

	2015
Correio eletrónico	70
Armazenamento de ficheiros	56
Software de escritório	31
Arquivo de banco de dados	28
Outros serviços	26
Software de aplicação de contabilidade ou finanças	7

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Do conjunto de benefícios gerados pela aquisição de serviços de computação em nuvem classificados com um grau de importância elevado

pelas Câmaras Municipais, a possibilidade de redução de custos em TIC foi o benefício mais referido (14%) (Quadro 25).

Quadro 25

Tipo de benefícios gerados pela aquisição de serviços de computação em nuvem (Cloud Computing) classificados com o grau de importância elevado nas Câmaras Municipais (%)

	2015
Redução dos custos relacionados com as TIC	14
Implementação fácil e rápida das soluções baseadas em computação em nuvem	9
Flexibilidade resultante dos serviços de computação em nuvem possibilitarem adaptar a capacidade dos servidores às necessidades	5

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Os custos elevados de aquisição (62%), a incerteza sobre a legislação e jurisdição aplicável (45%) e o risco de violação de segurança (45%) foram as razões indicadas pelas Câmaras Municipais que não adquiriram de serviços de computação em nuvem (Quadro 26).

Quadro 26

Tipo de fatores que impedem a utilização dos serviços pagos de computação em nuvem (Cloud Computing) nas Câmaras Municipais (%)

	2015
Custos elevados de aquisição	62
Incerteza sobre a legislação aplicável e jurisdição	45
Risco de violação de segurança	45
Incerteza sobre a localização dos dados	44
Conhecimento insuficiente	25
Outros fatores	10

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Em 2015, mais de 90% das Câmaras Municipais disponibilizou protocolos de rede IPV4 para equipamentos e aplicações (99% e 92%, respetivamente). Este indicador evidencia que, à semelhança da administração pública central, a adoção de endereçamentos (IPV6) não está ainda

generalizada nas Câmaras Municipais (Quadro 27).

Quadro 27

Tipo protocolo de rede disponibilizado nas Câmaras Municipais (%)

	2015
IPv4 Equipamentos	99
IPv4 Aplicações	92
IPv6 Equipamentos	16
IPv6 Aplicações	7

Nota: IPv4 e IPv6 representa a tecnologia que permite que os aparelhos se conectem na Internet.

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais.

Todas as Câmaras Municipais dispunham de ligações à Internet com largura de banda superior ou igual a 2 Mb/s, sendo que 25% dispunham de uma largura de banda superior ou igual a 100 Mb/s (Quadro 28).

Quadro 28

Velocidade de acesso à Internet disponível nas Câmaras Municipais (%)

	2015
<2 Mb/s	-
≥2 Mb/s	100
≥2 Mb/s e <10 Mb/s	5
≥10 Mb/s e <30 Mb/s	28
≥30 Mb/s e <100 Mb/s	43
≥100 Mb/s	25

Nota(s): - Dado nulo

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais.

Em 2015, 59% das Câmaras Municipais indicaram que os seus sítios na Internet satisfaziam pelo menos o “nível A” das diretrizes de acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais do W3C, com um aumento de 3 pontos percentuais face ao [ano anterior](#). Salienta-se também que 17% referiram que os seus sítios na Internet satisfaziam o “nível AA” e 15% o “nível AAA” (Quadro 29).

Quadro 29

Nível de conformidade com as diretrizes de acessibilidade do W3C* no sítio das Câmaras Municipais (%)

	2015
Sítio com acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais	59
Conformidade com o nível A	27
Conformidade com o nível AA	17
Conformidade com o nível AAA	15
Sítio não acessível	41

Nota(s):

* W3C - World Wide Web Consortium.

As diretrizes visam tornar o conteúdo Web acessível a pessoas com deficiências e destinam-se a todos os criadores de conteúdo Web e aos programadores de ferramentas para criação de conteúdos. Existem três níveis de conformidade Nível "A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 são satisfeitos; Nível "Duplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 e 2 são satisfeitos; Nível "Triplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 2 e 3 são satisfeitos

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Relativamente às redes utilizadas em 2015, verificou-se que 87% e 79% das Câmaras Municipais dispunham de intranet e de wireless LAN, respetivamente. Destacava-se ainda o aumento de cerca de 6 pontos percentuais face ao [ano anterior](#) no que respeita à utilização da tecnologia de videoconferência (29%) pelas Câmaras Municipais (Quadro 30).

Quadro 30

Tecnologias da informação e comunicação utilizadas nas Câmaras Municipais (%)

	2015
Wireless LAN	87
Intranet	79
Videoconferência	29

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Relativamente à segurança informática, verificou-se que 12% das Câmaras Municipais detetaram, em 2014, problemas de segurança informática. Destas, 62% indicaram que estes problemas de segurança resultaram na destruição ou corrupção de dados (Quadro 31).

Quadro 31

Tipo de problemas de segurança informática detetados, em 2014, nas Câmaras Municipais (%)

	2014
Câmaras Municipais que detetaram problemas de segurança informática	12
Destruição ou corrupção de dados	62
Indisponibilidade de serviços TIC	27
Outro tipo de problemas	27
Divulgação de dados confidenciais	11

Nota: O período de referência do módulo de segurança informática é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais.

Em 2015, a cooperação para áreas TIC entre as Câmaras Municipais e os organismos da administração pública central, foi mais frequentemente implementada com as Direções-Regionais (em 17% das Câmaras Municipais) (Quadro 32).

Quadro 32

Tipo de Organismo da Administração Pública Central em que existe cooperação TIC com Câmaras Municipais (%)

	2015
Direção-Regional ou equiparada	17
Direção-Geral ou equiparada	14
Instituto Público	14
Comissão / Conselho	11
Outros Organismos	8

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Relativamente ao comércio eletrónico verificou-se em 2014, que 56% das Câmaras Municipais utilizaram este meio para efetuar encomendas. As plataformas mais utilizadas pelas Câmaras Municipais para realização de encomendas online de bens e/ou serviços foram os catálogos de fornecedores (55%) e a central de compras do estado (52%) (Quadro 33).

Quadro 33

Plataformas utilizadas para realização de encomendas de bens e/ou serviços no comércio eletrónico, em 2014, nas Câmaras Municipais (%)

	2014
Catálogos de fornecedores	55
Central de Compras do Estado	52
Correio eletrónico	36
e-Marketplaces	23
Leilões	5

Nota: O período de referência do módulo sobre comércio eletrónico é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais.

Relativamente aos recursos humanos em TIC, 11% das Câmaras Municipais indicaram ter recrutado ou tentado recrutar pessoal especializado em TIC em 2014. Destas, 29% considerou ter tido dificuldades no preenchimento destes postos de trabalho (Quadro 34).

Quadro 34

Recrutamento de pessoal especialista em TIC, em 2014, nas Câmaras Municipais (%)

	2014
Câmaras Municipais que recrutaram ou tentaram recrutar pessoal especialista em TIC	11
Câmaras Municipais que tiveram dificuldades no preenchimento de postos de trabalho de pessoal especialista em TIC	29

Nota: O período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais.

As funções TIC mais desempenhadas por recursos humanos internos foram o apoio a aplicações web (53%), o apoio a software/sistemas de gestão (50%) e a segurança e proteção de dados (43%) (Quadro 35).

Quadro 35

Tipo de funções TIC realizadas apenas por recursos internos, em 2014, nas Câmaras Municipais (%)

	2014
Apoio a aplicações web	53
Apoio a software/sistemas de gestão	50
Segurança e proteção de dados	43
Manutenção de infraestruturas TIC	42
Desenvolvimento de aplicações web	21
Desenvolvimento de software/sistemas de gestão	13

Nota: O período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2014

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais.

Metodologia (síntese):

O Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação na Administração Pública Central, Regional e Câmaras Municipais 2015 foi realizado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) com a colaboração do Serviço Regional de Estatística dos Açores e da Direção Regional de Estatística da Madeira. Trata-se de um inquérito censitário que se enquadra no desenvolvimento das estatísticas da Sociedade da Informação, realizado anualmente.

Este inquérito tem em vista a observação regular da disponibilidade e da utilização de tecnologias da informação e da comunicação na Administração Pública Central, Regional e Câmaras Municipais e abrange todo o território nacional – Continente, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A informação foi recolhida diretamente junto das unidades inquiridas, através de um questionário eletrónico (WebInq). O período de referência dos dados é o ano de 2015, exceto nos módulos relativos aos recursos humanos, ao comércio eletrónico e à segurança informática que se reportam ao ano de 2014.

Para mais informação consulte o Portal da DGEEC em www.dgeec.mec.pt no tema Sociedade da Informação.

Nota Final:

Em algumas tabelas apresentadas, os totais (100%) podem não corresponder à soma das parcelas por razões de arredondamento.